



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 161ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Wilson Fortes, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Convido o Sr. 2o. Vice-Presidente para assumir os trabalhos desta Casa, uma vez que este Presidente tem necessidade de ausentar-se por motivos imperiosos.

(Pausa) (O Sr. Ernesto Gnoato assume a Presidência).

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 211/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 49/77, ex-Proposição no. 194/77, aprova convênio e respectivos termos Aditivos celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através de sua Secretaria competente, objetivando implementação do Projeto LOGOS II - habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favouráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. -APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima quinta-feira, dia 1o. de setembro, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA ;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 211/77.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 162ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Wilson Fortes, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Doutor GLAUCIO DE OLIVEIRA, residente nesta Capital.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à excellentíssima família.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ANTÔNIO PEREIRA GÓIS, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à excellentíssima família, através de seu filho, Dr. Waldyr Góis, em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao GRUPO INDEPENDÊNCIA DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, mundialmente conhecido pela sigla "AA", localizado à rua Saldanha Marinho, 951, nesta Capital, onde são realizadas

suas reuniões normais, votos de congratulações pelo transcurso do nono ano de implantação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA ;

O presente requerimento prende-se ao fato dos relevantes serviços prestados a toda uma coletividade, na recuperação de alcoólatras, que praticamente representavam um grande problema na família e na sociedade. ALCOÓLICOS ANÔNIMOS é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem da doença do alcoolismo. Em todas as suas relações com o público, ALCOÓLICOS ANÔNIMOS tem por objetivo ajudar o alcoólatra que ainda sofre. Acreditam e isto está provado, que esta ajuda pode ser feita levando ao conhecimento deles e daqueles que os querem ajudar, as suas próprias experiências como indivíduos e como irmandade. E para mostrar que o alcoólatra pode ser recuperado para a família e para a sociedade, é que farão realizar no próximo sábado, dia 03 de setembro, às 20,30 horas, no Auditório da Escola Técnica Federal do Paraná, a sua tradicional REUNIÃO PÚBLICA, alusiva à sua implantação em nosso Estado, e nada mais justo, que prestarmos esta significativa homenagem, àqueles que tanto fazem pelo seu próximo, sem nada exigir em troca, a não ser o seu próprio anonimato.

Neste sentido, aguardamos a compreensão de nossos Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer à V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que S. Exa. determine a inclusão de verba no Orçamento do Estado, de 1978, para pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul.

A pavimentação asfáltica da estrada em questão é uma justa reivindicação do povo daquela região, além de se constituir num fator da consolidação do progresso dos municípios de sua base que hoje apresentam, apesar da precariedade das rodovias que dispõe para escoamento da sua produção, índice de elevada produtividade no setor da economia primária.

Pondere-se ainda, que a pavimentação da estrada em questão, além de beneficiar os municípios retro referidos, facilitará o escoamento da produção do sul a sudoeste do Estado, com encurtamento de distância para alcançar a cidade de Ponta Grossa, e mesmo o nosso corredor de exportação.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Adão de Oliveira, DD. Inspetor do Banco Financeiro S/A, em Maringá, solicitando gestões do mesmo junto à direção da referida instituição financeira, no sentido de que seja instalada uma agência do mesmo Banco, no Distrito de São João, Município de Altônia. A presente solicitação, prende-se ao grande desenvolvimento do referido distrito e a presença de uma agência bancária virá colaborar sensivelmente no setor econômico da comunidade. A escolha do Banco Financeiro é justificável, por ser do nosso conhecimento a sua atual fase de expansão em nosso Estado e constituir-se em uma das casas bancárias de maior prestígio e estabilidade do País. Junto ainda, os dados estatísticos do Distrito de São João, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Altônia.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um Delegado Especial para abertura de Inquérito Policial, no Município de Ivaiporã, neste Estado, objetivando apurar responsabilidades em incêndio ocorrido nos escritórios da Sociedade Territorial Ubá Ltda., com sede naquele município e comarca.

JUSTIFICATIVA:

Este nosso requerimento tem os seus fundamentos, no apelo coletivo que inúmeros pequenos lavradores do município e região nos fizeram, solicitando providências no sentido de esclarecimento da verdade, que pessoas vinculadas àquela firma desejam ocultar.

Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que há fortes indícios de que o incêndio ocorrido naquela firma, no mês de julho último, fôra provocado propositalmente por pessoas ligadas direta e indiretamente àquela Sociedade, objetivando acobertar irregularidades tipicamente criminosas, tais como a VENDA DE TERRAS, infringindo a Lei Federal nº 58, que regula essas vendas através de Colonizadora, e os FINANCIAMENTOS IRREGULARES do que recentemente, em PASSO FUNDO, se chamou de CALCÁREO PAPEL e ADUBO PAPEL.

Assim, atendendo ao apelo desses pequenos lavradores, que, tudo indica, foram lesados pela Sociedade Territorial Ubá Ltda., bem como na defesa dos interesses que aqui representamos, solicitamos a solidariedade dos nobres colegas para aprovação do nosso requerimento, cuja cópia, requeremos seja encaminhada com ofício desta Casa, ao Ilmo. Sr. Delegado da Polícia Federal, desta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 116/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, entidade mantenedora da casa assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA ;

O Lar Fabiano de Cristo, que se pretende declarar de utilidade pública, tem por fim promover a integração criança-família, orientada pelos princípios de que "a vida em família é a mais alta expressão da civilização" e de que "nenhuma criança deverá ser retirada do lar, apenas por motivo de pobreza".

Fiel a esses princípios básicos, firmados em Congresso (Conferência da Casa Branca, em 1909, e ONU), o Lar Fabiano de Cristo, que tem sua sede no Rio de Janeiro, mantém casas assistenciais espalhadas por todo o território brasileiro. Trata-se de entidade cuja obra vem permitindo colaborar para dar uma nova dimensão à obra de assistência à criança em nosso País. E no Paraná a sua política assistencial se faz sentir através da Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina, que muitos e relevantes serviços tem prestado à sociedade local.

Estando a referida entidade com sua situação jurídica em ordem, e preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, parece-nos justa a medida que preçizamos neste projeto de lei, que ora submetemos à apreciação e deliberação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É verdadeiramente aflitiva a situação do mutuário do Banco do Brasil. Pelo menos é o que se pode observar à porta do Banco quando em vão os agricultores procuram uma maneira de contornar a situação de sua conta. Ocorre que em virtude das frustrações das safras anteriores de trigo foram prorrogados os vencimentos dos contratos de financiamentos de 1975 para julho de 1976 — janeiro e julho de 1977 e janeiro de 1978. A considerar ainda que a prolongada estiagem ocorrida em várias regiões do Estado, principalmente a ocorrida na região norte, não permitiu nenhum êxito na atual safra de trigo, onde foi comum uma colheita média de menos de trinta sacos-alqueire, o triticulor ficou absolutamente sem condições de liquidar seus compromissos com o Banco do Brasil. Pois, além de ter que liquidar o vencimento do contrato da atual safra, teria ainda que liquidar duas prestações já vencidas do trigo prorrogado, independentemente ainda de liquidar outras prestações de investimentos indispensáveis no setor agrícola, tais como máquinas, silos, combate à erosão, etc.

Deve-se ainda juntar à presente e incômoda situação, a péssima cotação da soja cujo preço está em torno de 130,00 a saca. Sabe-se que a maioria ainda não vendeu o produto, mas que o mesmo já está onerado através de financiamento, adiantadamente em dinheiro por parte de firmas particulares, E.G.F., etc., e que a sua liquidação na atual cotação, acarretará ainda maiores prejuízos, pois o custo de produção acabou sendo muito maior em virtude do acréscimo de juros, seguros, etc. Ocorre ainda, outro fator mais grave, quando o Banco do Brasil S/A. expede determinação que não aceitará nenhuma proposta de financiamento para custeio de lavouras àqueles que tiverem por qualquer motivo, alguma prestação vencida junto ao Banco. Ora, sabemos que o financiamento de custeio é o mínimo necessário para que o agricultor faça uma plantação com alguma orientação técnica, empregando semente selecionada e evitando a proliferação de pragas. Se ele não obtiver isso, acabará sendo conduzido pelo desânimo das safras anteriores, quando teve praticamente 3 safras de trigo frustradas e ainda esta última de soja, cuja quebra pela estiagem foi de 40 por cento, o levará a vender o seu produto por um preço vil.

O eminente Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, ainda há poucos dias afirmara que a esperança do Brasil está na agricultura. Mas para que isso represente realmente a verdade, necessário se torna várias medidas de incentivo principalmente com relação ao financiamento de custeio que deverá ser efetuado em bases reais e que atinjam a todos quantos dele necessitar. Por isso levamos ao Exmo. Sr. Dr. Walter Perachi Barcelos, DD. Diretor da 6.a Região do Banco do Brasil, a seguinte sugestão:

a). Tendo em vista a difícil situação do mutuário do Banco do Brasil, solicitaríamos que fosse estudado um plano de ajuda aos que não tivessem condições de liquidação de seus compromissos na presente safra tritícola.

b). Considerando que os fatores climáticos atingiram com maior intensidade em determinadas regiões, que os estudos fossem feitos também em termos regionais.

c). Autorização imediata para serem contemplados com financiamentos (pelo menos de custeio) a todos mutuários, independentemente de estarem em dia com suas prestações.

Só assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com medidas como esta, e que em absoluto não trará nenhum prejuízo ao Banco do Brasil, uma vez que ele está acobertado com reais garantias das dívidas, é que agricultores paranaenses, sempre prontos ao chamamento em benefício da Pátria, poderão corresponder aos anseios do Ministro da Agricultura no fomento ao

aumento da produção".

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, inscrito.

O SR. ALFREDO GULÍN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Este discurso surgiu com as recentes especulações em torno de uma provável passagem da nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL, para a esfera federal.

Os esclarecimentos foram feitos aqui nesta Assambléia pelo Presidente da empresa estatal e demonstram que, pelo menos agora, não há perigo de federalização da Copel.

Mas o pano de fundo continua: há uma excessiva concentração tributária no Brasil, colocando em perigo as bases do regime federativo, sob a qual vivemos, e que provavelmente é a melhor forma de governo que países de vastidão continental como o nosso.

Após a reforma tributária de 1965, os impostos existentes passaram a favorecer a receita da União, em prejuízo dos Estados e Municípios. Com efeito, enquanto o Estado só possui o ICM como tributo básico e o Município só conta com a receita do imposto sobre serviços, a União comanda os seguintes impostos principais:

- Imposto de Renda
- Imposto sobre Produtos Industrializados
- Imposto sobre Importações
- Imposto sobre Fretes
- Imposto sobre Combustíveis
- Imposto sobre Operações Financeiras e Seguros
- Taxas sobre uso de telecomunicações, energia elétrica, portos, rodovias, etc.
- Poupança compulsória tipo FGTS, PIS, Etc.

Num país em estágio de desenvolvimento como o nosso, além das despesas de custeio social, o poder público precisa constantemente, investir em infraestrutura. É preciso dar estradas, energia elétrica, telecomunicações ao povo, para garantir o desenvolvimento.

Centralizados os impostos, os Estados não têm meios de executar tais obras indispensáveis ao bem comum. Se começam a executar uma obra de vulto, logo precisam correr atrás de dinheiro federal. Ou entregam suas empresas públicas ao controle da União, para arcar com os projetos de investimentos.

Essa centralização excessiva é benéfica? De modo algum. Para corrigi-la não basta vir com empréstimos geridos por órgãos federais, embora sejam eles um começo de solução.

A solução possível, de longo alcance, é a desconcentração da renda tributária, sob pena de comprometer a Federação.

A propósito, nós como homens de empresa e representantes populares, sabemos que a administração centralizada não é a mais eficiente. Há tarefas que só podem ser executadas, quando feitas no local onde são necessárias.

Os países de dimensão continental como o nosso já sentiram essa evidência. Todos adotam a forma da Federação, porque afinal, é a mais eficiente para garantir que o poder político cumpra seus objetivos, de busca do bem comum.

A descentralização na execução de obras públicas é mais democrática, porque a autoridade executora está mais próxima da população a que serve. E depende do julgamento dessa população, o que a leva a ser mais diligente e responsável.

Nestes tempos em que se debatem projetos novos para o Brasil, é importante caminhar para a descentralização, vitalizando os Estados e Municípios, com o que se fortalecerá, como resultado último, a Pátria Brasileira".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário

rio, para remeter ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, a denúncia de que a Escola Internacional de Curitiba, localizada no Jardim Schaffer, em prédio cedido em convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, não está sendo cumprida a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa.

Que da decisão também sejam comunicados os Srs. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná e Prefeito Municipal de Curitiba, bem como Lideranças Partidárias na Câmara Municipal e Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

JUSTIFICATIVA:

Com a proximidade da Semana da Pátria, vivemos um clima contagiante de civismo. São as cores nacionais que em bandeiras e cata-ventos verde-amarelos, despertam o patriotismo e o espírito cívico nacional. O orgulho de sermos brasileiros, de cultuarmos a nossa História, de homenagearmos os nossos heróis, nos foi legado pelas gerações anteriores. Os encargos que o Povo Brasileiro, neste momento histórico suporta, encontra sentido no futuro que desejamos construir para os homens do amanhã.

Trago à Casa denúncia grave. Verdadeiro atentado à nossa cultura e gritante desrespeito às leis e tradições brasileiras está se cometendo aqui em Curitiba, com o apanágio da Prefeitura Municipal.

Localizada no Jardim Schaffer, em prédio de propriedade da Prefeitura Municipal de Curitiba, funciona uma escola ao total arrepio da legislação. Trata-se da Escola Internacional que segundo o convênio firmado com a municipalidade, abriga filhos de estrangeiros residentes nesta Capital. Pois bem. Nesta Escola que conta atualmente com 65 crianças, não é obrigatório o ensino da Língua Portuguesa. Ali a língua oficial é o inglês, e o ensino de Português apenas se ministra facultativamente. Segundo o diretor da Escola, Donald Potter Jr., "o desejo da escola é ensinar o português a todos, mas há pais de alunos, principalmente alemães, que dispensam categoricamente a língua falada no Brasil. Não os forçamos, então, a incluir Português no currículo escolar de seus filhos".

Ora, onde fica a disposição constitucional, art. 176, inciso 3o. I, que imperativamente afirma:

"O ensino primário somente será ministrado na língua nacional".

Serão também letras mortas para a Prefeitura Municipal de Curitiba, as exigências da lei 5692, quando afirma:

"O ensino de 1o. e 2o. graus, será ministrado obrigatoriamente na língua nacional";

ou da Resolução no. 08, de 01/02/71, que estabelece o currículo obrigatório, em âmbito nacional, onde o português e a Organização Social e Política do Brasil estão incluídos?

Não se trata, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de pretender impedir o funcionamento desta escola, iniciativa pioneira e necessária. Não. Trata-se aqui de defender o que de mais significativo pode ter um povo e uma Nação. Busca-se com esta denúncia, ao Ministério da Educação e Cultura, não apenas o cumprimento puro e simples da lei e da Constituição, mas, também, a defesa da nossa cultura.

No desenlace da história humana, os povos subjugados sempre tiveram que absorver a língua dos conquistadores. Não é admissível que hoje no Brasil seja tamanha a humilhação de termos de abrir mão de nosso próprio idioma nacional para atrair investimentos externos. Não é nacionalismo exaltado, mas dignidade de um povo que sabendo estar espoliado economicamente pelo capital estrangeiro, ainda tem que vergar-se a exigências deste tipo. Exigências que ferem o sentimento cívico de um povo. Exigências que podem levar, para conseguir um status social, por parte de uma elite nacional a preencher o vazio de alienação burguesa em que vivem, sem importarem-se com as consequências que disso podem advir.

Para ficar num só exemplo destas consequências, basta apontar o recente episódio registrado entre os alunos do Curso

Superior de Comunicação Social da Universidade do Paraná que prestaram, pela ausência, em nível superior, do estudo do idioma nacional. As generalizadas manifestações que proporcionaram estudos para a reinclusão da redação nos vestibulares, são evidentes sintomas da premente necessidade do estudo da língua nacional. A reforma do ensino é taxativa em asseverar especial relevo ao estudo da Língua Nacional, como instrumento de comunicação social e como expressão da cultura brasileira.

Portanto, não importa que os alunos da Escola Internacional não fiquem vivendo no Brasil, e mesmo que sua passagem por aqui seja rápida, não podem eles constituírem-se em permanentes focos de descultura nacional. Enfim, objetiva-se com a presente denúncia, não fechar a Escola Internacional de Curitiba, mas submetê-la como as demais, ao uso obrigatório do idioma nacional para o ensino elementar. Fazendo com que os filhos dos estrangeiros aprendam a nossa língua, estamos aumentando as chances de retê-los para sempre em nosso meio, incorporando-os à nossa cultura e fazendo com que aprendam a amar o Brasil, como nós o amamos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito no Pequeno Expediente.

(Pausa). Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 1o. de outubro de 1976, através deste Deputado, foi encaminhado para apreciação deste Plenário, um requerimento para o "Sr. Ministro da Agricultura e Secretário de Estado da Agricultura, solicitando sejam tomadas providências no sentido de melhor orientar os agricultores, tendo em vista o pronunciamento feito pela Coordenadoria Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, responsável pela área em que está situado o Município de Cascavel".

Recebemos do Ministério o pronunciamento oficial relativo aos objetivos que se buscava naquele requerimento, quais sejam: a defesa do ser humano, elemento trabalhador da agricultura, relativamente aos defensivos agrícolas e os seus efeitos.

Recentemente então, o Ministério se pronunciou dizendo que a aplicação de defensivos era o mal necessário para o desenvolvimento. E a Secretaria de Agricultura do Paraná respondeu dizendo que havia distribuído folhetos alusivos a este tipo de educação.

A "Gazeta do Povo", datada de ontem, fala de uma palestra pelo Professor Waldemar Ferreira de Almeida do Instituto Biológico de São Paulo. Sugere este tratadista que os brasileiros estão ingerindo grande quantidade de alimentos contaminados por inseticidas utilizados na lavoura, principalmente o DDT e BHC, e isto vem tornando o ser humano cada vez mais vulnerável a doenças em função da menor resistência do organismo.

Recentemente, a imprensa noticiou que os produtos hortigranjeiros não só desta Capital mas de outros Estados, estavam sendo objeto de deteriorização e, ao mesmo tempo sendo vendidos aos consumidores, causando assim grave problema aos consumidores. É bem de ver a propriedade com que a Administração de Recursos Hídricos que é um órgão do Paraná, tem feito um levantamento relativamente aos efeitos destes tipos de inseticidas na pessoa humana. E o Professor diz que o uso inadequado de inseticidas por parte dos agricultores têm causado males que as estatísticas não tem podido observar com precisão. E embora seja proibida a aplicação de DDT e BHC em plantações de alimentos a serem armazenados, como por exemplo, o caso do feijão, do arroz, da mandioca, do soja e de outros, estes tipos de inseticidas são vendidos e usados na agricultura indiscriminadamente e os resíduos, por sua vez, vão se acumular, uma vez ingeridos estes alimentos pelas pessoas humanas, nos tecidos

gordurosos dos consumidores e a presença deles no fígado gaz com que o metabolismo dos remédios se processe mais aceleradamente. Assim, o indivíduo não recebe os efeitos dos medicamentos, e passa a receber os efeitos apenas dos tóxicos.

Nesta Administração de Recursos Hídricos foi apresentado um relatório neste Congresso de Engenharia Sanitária, onde consta que o teor máximo de resíduos de inseticidas na água destinada ao consumo público "in natura", e depois de tratada, verificou-se que todos os inseticidas pertencentes ao grupo dos organoclorados foram detectados, tanto na água "in natura" como na água tratada, em dois ou mais municípios. Do grupo dos organofosforados apenas foram detectados determinados elementos que, em termos técnicos, dispense a leitura.

E fala o relatório, da atenção para o teor do heptacloro encontrado na água "in natura" das bacias de captação de Cascavel e Toletto, que é superior aos referidos padrões, podendo provocar graves acidentes, caso exista população que se abasteça diretamente nos referidos cursos d'água, ou gado que aí, ou por aí, dessedente.

Então, o que eu quero trazer aqui a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma lembrança para os efeitos que este tipo de aplicação na agricultura tem causado, no Rio Grande do Sul, com vários casos de morte em gado, e pessoas e, sobretudo, no gado leiteiro, que sofre uma influência secundária.

Há poucos dias, ou seja domingo, num programa de televisão — FANTÁSTICO — este programa retratou uma série de produtos farmacêuticos, também paralelamente a esses problemas causados pelos defensivos; produtos farmacêuticos sendo vendidos pelos laboratórios instalados no Brasil, cuja proibição de há muito se verificou, nos Estados Unidos. Entre eles, foi declinada uma série de nomes, entre os quais a Novalgina, o Conmel, a Cibalena, e muitos outros produtos. E não é raro se encontrar à venda indiscriminada, em farmácias, determinados produtos que as gestantes ingerem, criando sérios problemas para a sua prole.

Voltando então ao caso dos elementos tóxicos, de aplicação na agricultura — tem causado, na região Oeste do Paraná, principalmente na área de nossa atuação política que é a área de influência de Cascavel, a várias pessoas que trabalham com este tipo de produto, a morte, sem ao menos terem podido receber assistência.

E é justamente para enfatizar a necessidade de a Secretaria da Agricultura alertar, através da ACARPA, através da televisão, evitando assim gastos exagerados na promoção de outras obras que não têm maior interesse a não ser interesse político do Governo, é que fazemos um apelo desta tribuna, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Pausa (Ausente)).

Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns jornais noticiaram hoje, que a Secretaria das Finanças do Estado promoverá, a partir desta data, num determinado tempo, mais um ato de violência contra os comerciantes da Capital e do Interior.

Eu digo ato de violência, porque qualifico e posiciono como ato de violência do próprio Governo, que tem por dever, amparar as classes ativas do Estado; ao invés de assim proceder, procede como um inimigo terrível, principalmente dos comerciantes, que estão vivendo sabe Deus como, premidos pela falta de condições econômicas para subsistirem, de tal forma que se registra, como nunca, o maior número de concordatas e de falências nestes últimos cinco anos. E o Governo coloca aí, através da Secretaria das Finanças, de quando em quando, a

esta altura do dia, diversas viaturas que deverão estar varejando os quatro cantos da Capital e talvez até do Estado do Paraná inteiro, com o único objetivo de multar o comerciante esfolado, espoliado, assaltado pelo próprio Governo, através dos tentáculos violentos criados para arrancar as suas economias, tais como: COPEL, Departamento de Água e Esgoto, Departamento de Telefone, enfim, uma série de tentáculos deste dragão gigantesco que consome a economia e corrói as condições das classes laboriosas desta Nação, condições com que possam, pelo menos, produzir o necessário para a sua própria subsistência.

O comerciante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, alvo do maior desamparo do Poder Público, ele é responsável por obrigações de toda a natureza. No campo da atividade privada, o comerciante é responsável pelo pagamento dos aluguéis que sobem ao bel prazer dos locadores porque a última lei do inquilinato deu campo amplo para que os locadores aumentem o quanto queiram ou despejem o comerciante quando quiserem, sem a ele indenizar pelo ponto por ele feito, porque esse todo poderoso locador brasileiro, com influência extraordinária no Poder Legislativo deste País, conseguiu derrubar a proteção prevista e mantida pela Lei número 4 e pela Lei de Luvas.

O comerciante que está aí submisso aos trabalhos profissionais dos contadores, cujo sindicato autoriza a majorar os seus honorários a cada ano que passa, chegando ao absurdo de, uma escrita tipo fiscal, ser cobrada do comerciante, hoje, por determinação de um quadro determinativo do seu próprio sindicato a razão de mil e duzentos cruzeiros por mês.

O comerciante que está submisso ao todo-poderoso Sr. Pedro Tocaundo, que manda os seus fiscais varejarem as pequenas e pobres mercearias da cidade e quando o vento derrubou de uma determinada mercadoria o valor demonstrativo de sua venda, esses fiscais multam este pobre comerciante que vive na luta constante para cumprimento de seu dever.

Esse comerciante que produz, magistralmente, o inter-relacionamento dos povos em todas as áreas de suas atividades, neste País e no Mundo, ao invés de serem respeitados pelo Governo, ao invés de serem orientados pela fiscalização do Governo, ao invés de serem protegidos pelo Governo, são as vítimas do Governo; as vítimas do Poder; as vítimas constantes dos assaltos; da fiscalização mantida pelo Governo.

Está por aí, levando ao desespero; está por aí levando a pressão; está por aí levando a violência. Muitas vezes, fiscais semi-analfabetos, protegidos pelo Poder que chegam e, além de desaforarem o comerciante, lançam multas que esse comerciante está incapaz, economicamente, de pagar. Este é o aspecto, Sr. Presidente, Srs. Deputados denigrante da administração pública deste País, desta Nação, deste Estado.

Ainda há pouco um dos ilustres Deputados me dizia — "de que valem nós, aqui, todos os dias aqui reunidos, simplesmente para bater papo", porque se denunciarmos, reclamamos e falamos em nome do povo e pedimos aquilo que é de direito e que é prerrogativa nossa, esses pedidos, essas denúncias, essas falas, ficam retidas nestas quatro paredes. Oxalá, pelo menos, a imprensa tivesse a liberdade de dar a público as palavras que dizemos em nossos atos de denúncia aos erros do Governo e que tanto deprime, empobrece e corrompe os Estados desta Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna, hoje, para solicitar aquilo que ontem solicitamos, em um outro caso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este nosso requerimento tem os seus fundamentos no apelo coletivo que inúmeros pequenos lavradores do Município da região nos fizeram, solicitando providências, no sentido de escl-

recer a verdade. Que pessoas vinculadas à firma Sociedade Territorial Ubá Ltda., estão envolvidas na cidade de Ivaiporã.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há fortes indícios de que o incêndio ocorrido naquela firma, no mês de julho último, fora provocado proposadamente por pessoas ligadas direta ou indiretamente àquela Sociedade, objetivando acobertar irregularidades tipicamente criminosas, tais como a venda de terras, infringindo a lei federal número 58, que regula as vendas através das colonizadoras, e os financiamentos irregulares de que recentemente, em Passo Fundo, se chamou de calcáreo papel e adubo papel.

Assim, atendendo o apelo desses pequenos lavradores, que tudo indica, foram lesados pela Sociedade Territorial Ubá Ltda, bem como na defesa dos interesses que aqui representamos, solicitamos a solidariedade dos nobres colegas para a aprovação do nosso requerimento, que pede a designação de um delegado especial para abertura do competente inquérito na Comarca de Ivaiporã, bem como, que seja denunciado ao Exmo. Sr. Delegado de Polícia Federal, nesta Capital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Houve um incêndio na cidade de Ivaiporã. Os papéis da Colonizadora aqui referida, foram todos queimados. Acontece, portanto, que indícios de que esta companhia houvesse fornecido contratos frios de terra para se obter financiamentos no Banco do Brasil, de adubo e de calcáreo, na época em que estourou no Rio Grande do Sul, leva a crer aos pequenos lavradores da cidade de Ivaiporã, Jardim Alegre e São João do Ivaí, de que o incêndio foi proposital.

Então, se o incêndio foi proposital, ou se existe a dúvida, é de abrir um inquérito policial para se apurar a responsabilidade, e isso até agora não foi feito na Comarca e Município de Ivaiporã.

Lavradores que possuem contratos quitados da companhia estão indo à busca da escritura definitiva e não estão conseguindo. Estão em dificuldades porque não podem buscar financiamento nenhum, e se quiserem, no futuro, um documento definitivo de domínio das propriedades, deverão requerer no Judiciário, o que irá custar muito caro em custas e honorários advocatícios.

É necessário, então, que se tome uma providência, para que abusos desta natureza não se cometam em nossa terra e que aqueles envolvidos paguem pelo crime que fizeram, porque não é justo que pequenos lavradores da nossa cidade de Ivaiporã venham ser responsáveis, venham ver as suas terras sem títulos de domínio. É por isto que solicitamos então, a designação de um Delegado Especial e um envio de ofício ao Delegado da Polícia Federal, porque a lei que regula o problema da terra é a Lei 58, Lei Federal e o problema do escândalo do adubo papel e do calcáreo papel está na alçada da Polícia Federal porque o crime foi de repercussão nacional. E, sendo de repercussão nacional, também compete à Polícia Federal apurar responsabilidades.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era a justificativa que tínhamos para este nosso requerimento, que colocamos à apreciação dessa nobre Casa de Leis, para se fazer justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Os produtores agrícolas de Assis Chateaubriand estão sendo pressionados por dois fatores imediatos: os baixos preços da soja e a urgência das cooperativas em comercializar o produto agora na baixa. Felizmente para o País e infelizmente para os agricultores, a soja passou a constituir a produção base da vida econômica do Oeste e Sudoeste do Paraná, importante parcela de produção do Norte e Centro do Estado,

e esperança de milhões de brasileiros.

Dizemos felizmente para o País, porque a escalada da soja foi rápida, e produziu riquezas diretas e indiretas para pequenas camadas da população. Contribuiu decisivamente para a aquisição de divisas e gerou a aceleração da capitalização do campo. Em contrapartida, o modelo impulsionado pelo Governo foi dirigido a partir de sua ótica de privilegiar três setores: as multinacionais, que levam o grosso dos resultados da produção; os capitais especulativos e de usura que, em empréstimos e vendas, arrancam das mãos dos produtores o resultado de seu imenso esforço; e, os fornecedores de máquinas, equipamentos, fertilizantes e defensivos, que fazem pender a balança para a indústria de forma tal que pouco sobra para a capitalização agrícola.

Nas condições difíceis de afilhado pobre do sistema, a agricultura brasileira somente sobrevive e se capitaliza com os "escândalos de adubos", a manipulação de recursos específicos desviados para outras atividades dos produtores ricos na vertente da especulação imobiliária e financeira.

Como se tudo isso não bastasse, o modelo de organização que o sistema criou para os agricultores brasileiros repousa em grande parte no "sistema gerencial" de cooperativas, como se fôssemos um País desenvolvido. A imposição desse modelo cooperativista — que no passado foi objeto de críticas por representar uma organização de interesse social — gerou novas distorções, em que novamente os pequenos e médios agricultores são as grandes vítimas de um complexo burocrático — especulativo de compra e venda, porém especialmente de representação e consignação. E surgiu a aristocracia burocrática do cooperativismo, os gerentes e administradores, os agentes de venda e os viajantes internacionais, de alto custo e pequenos resultados.

Senhores Deputados:

O produto cooperativista faz justiça inteira aos seus criadores. De um lado constituiu-se na infra-estrutura que substituiu a presença tardia do Governo em organização da produção e armazenagem; de outro lado, constituiu-se no flagelo do pequeno e médio ruralista que não conseguem conviver com a "economia de mercado", em suas flutuações e variações, especialmente depois que deixou de produzir para sua própria subsistência e tem que comprar alimentos nos supermercados, além de antecipar a venda da produção para garantir-se e à família.

Porém esses produtores já estão começando a entender a armadilha que lhe preparamos. Ou se transfere para o Paraguai, Rondônia e Mato Grosso — onde as terras já estão todas griladas oficialmente ou se transformam em "bóias-frias" acantonados em cooperativas, essas criadas pelo gênio do Ministério do Trabalho, Arnaldo Prieto.

Porque mais uma dificuldade lhe foi acrescentada: o projeto de desenvolvimento do "milagre brasileiro" optou por fazer estradas e preparar transportes para as multinacionais dos minérios.

E então, a "Ferrovia do Aço" que consumiu 5 bilhões de cruzeiros, impediu que a Ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu transportasse 15 bilhões em um ano. E a "Ferrovia do Aço" passou a integrar o grande sonho dos Faraós.

O que ressalta à vista é que o agricultor brasileiro produz em termos competitivos com os grandes produtores internacionais; e isso já foi objeto de vários estudos. Apesar das distorções do "modelo", o sacrificado produtor brasileiro diz presente à produção de alimentos e de divisas para o País.

Ocorre porém, que o sistema de comercialização é tão especulativo, distorcido e agravado, isto é, subdesenvolvido, que da entrega do produto à comercialização em diante, os preços vão subindo a um ponto intolerável.

Segundo depoimento do técnico William de Souza Jota, da Comissão de Financiamento da Produção: "há dois anos atrás

a comercialização da soja era 4,5 (quatro vezes e meia) mais cara do que nos Estados Unidos e hoje, esta relação é de 8,6.

Estes custos se referem à armazenagem e transportes principalmente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se apontamos as distorções das cooperativas, por exclusividade responsabilidade do Governo Federal e seu modelo, não pretendemos que ela nos tenha valia. Acharmos que, melhor amparada e fiscalizada, a cooperativa constituiu um importante instrumento de organização e cooperação efetiva. O que é necessário é que se deixe a comercialização das cooperativas enfrentar uma organização internacional tão complexa como a da soja, especialmente. É preciso que o Governo invista mais e melhor nos setores de armazenagem, transporte e estímulos à agricultura; que o Governo forme um complexo de produção adequado às flutuações de mercado, apoiando-se nos produtores rurais.

E chamamos a atenção quem justamente quando os produtores rurais enfrentam grandes dificuldades, os Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda distribuem sorrisos, com aquele humor tão ministerial brasileiro, e afirmam que agora é hora do "capital de risco no campo". Ora, o agricultor brasileiro gostaria muito de obter o que obtiveram os chamados "capitais de risco" de empresas multinacionais: o capital é deles e o risco é nacional; ou, por outro, a privatização dos resultados e a socialização dos prejuízos. Com a agricultura brasileira acontece exatamente o inverso.

Deixemos, por ora, o quadro maior e voltemos à situação dos agricultores de Assis Chateaubriand — que parecem enfrentar problema igual aos de outros do Oeste-Sudoeste do Paraná. As cooperativas da região estão pressionando seus sócios para que vendam os estoques a 120 cruzeiros a saca. Mas, os agricultores não querem vender por esse preço. Não é que pretendam reconquistar 250 cruzeiros por saca tão cedo, mas acreditam que em mais três meses poderão ressarcir-se dos prejuízos que já estão tendo. E isso é justo e normal."

O Sr. Lineu Turra — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar, quero cumprimentá-lo pelo tema que V. Exa. traz à Casa. Quero também dizer que temos acompanhado a situação dos plantadores, especialmente de soja, não só na minha região, mas também na região que V. Exa. representa.

Realmente, é uma situação desesperadora.

Existem vários problemas básicos para os sojicultores: o baixo preço do mercado — como V. Exa. falou — antes estava a 250 cruzeiros, isso foi em abril e maio de 77. Hoje, verificamos que, hoje, o preço está a 120, o que não cobre sequer o custo. Esse preço, 250, é o preço global. Existe dificuldade na comercialização. O alto preço das sementes, dos insumos, para o plantio do próximo ano.

Temos um problema que é justamente a colheita do trigo. Aproxima-se, agora, a colheita do trigo, e os lavradores de soja têm dificuldade em obter a semente que precisa.

Existe toda uma série de problemas que vão refletir na próxima colheita.

O Governo, o ano passado, incentivou tanto a agricultura que concedeu vantagens, como por exemplo, subsídios ao adubo e insumos necessários ao cultivo do soja.

Passaram as eleições, o Governo retirou todas as vantagens que o agricultor tinha. E hoje o agricultor está abandonado.

O Banco do Brasil deu prazo àqueles que têm compromissos até o dia 26 para solvê-los e não concede financiamentos até que esses compromissos sejam saldados.

Nós tememos até que para o próximo ano a situação esteja mais difícil do que realmente está. Não há possibilidade de melhoria no preço do soja e nós sentimos porque a safra americana, segundo informações, se avizinha.

E, além disto, os compradores estão na expectativa de mais baixa. Nós, segundo tivemos informações, sabemos que ainda está estocada aproximadamente 60 por cento da safra do soja no Estado do Paraná.

Sorte que quando sair este produto no mercado ainda vai provocar mais baixa em consequência da Lei natural. Eu acho que o Governo deveria subsidiar o preço do soja para estimular o agricultor porque o Governo tem retirado dinheiro para pagar, por exemplo, como vimos ainda há pouco, 27 bilhões segundo foi anunciado pelo Sr. Ministro da Fazenda, para cobrir furo de finanças de gente que lesou o público e não tem dinheiro para ajudar o agricultor a promover, a dar maior incremento à produção e enriquecimento da própria Nação.

Então, quer dizer que é um problema que nós vemos o Governo se omitir e resolvendo os problemas nacionais às avessas. Portanto, quero congratular-me com V. Exa. e dizer que a situação que eu percebo é esta.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu quero agradecer o aparte valoroso do Deputado Lineu Turra e dizer que a sugestão de V. Exa. veio realmente valorizar o nosso pronunciamento desta tarde.

Mas continuando...

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, me permite congratular com V. Exa. pelo seu interesse na defesa dos agricultores do soja desde que aqui adentrou como um dos representantes ativos daquela região rica do Paraná.

Não é novidade, nobre Deputado, a pressão que se faz contra os agricultores de soja, hoje denunciada por V. Exa., que está sendo feita pelas cooperativas. Antes procedida pelo próprio Ministro da Agricultura deste País que chegou até a fazer comícios improvisados, pedindo e determinando que os agricultores e os produtores de soja vendessem o produto, porque ele não teria condições de ser majorado.

Nada deixa a duvidar que a cada dia que passa, aumentam neste País os agentes e os sub-agentes das multinacionais. Hoje podemos verificar perfeitamente o agrupamento de agentes e sub-agentes ativos das multinacionais que empobrecem violentamente o agricultor brasileiro. Entre eles, os bancos federais, o Banco do Brasil, o Banco do Estado, a Caixa Econômica Federal e até os bancos particulares quando se colocam na posição de financiadores.

É Ministro de Estado, como fez aquele Ministro criando-se uma atmosfera de descontentamento e de descrédito na possibilidade da alta do produto, levando os agricultores a vender o produto, talvez, por menos, do que o custo da produção — atravessadores, e agora as cooperativas.

Nós chegamos à triste conclusão de que, neste País, aqueles que queiram produzir efetivamente para o enriquecimento, ou pelo menos para a sua manutenção, não podem ser brasileiros, tem que pertencer a grupos, como agentes de grupos das multinacionais.

Nós verificamos agora há pouco tempo, nobre Deputado, um dos maiores crimes cometidos, com o soja, neste País: vende-se o soja "in natura", exporta-se o soja, e depois importa-se a torta do soja, por preço talvez maior do que o próprio produto; quer dizer, nós exportamos mais barato do que importamos o resíduo deste produto. É simplesmente vergonhosa a política do Governo, não só nos termos de agricultura-soja mas, em toda a agricultura deste País.

A grande verdade é incontestável: o lavrador brasileiro, o produtor da economia deste País é o mais pobre dos homens, é o mais pobre dos grupos de produtividade desta Nação.

Parabéns pelo seu pronunciamento, nobre Deputado, ele vale, acima de tudo, pela intensão de acordar este Governo que tanto mal tem feito a esta Nação, que tanto descuido tem

demonstrado com relação às classes produtoras deste País.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu agradeço o aparte do eminente Deputado Lúcio Machado, e me congratulo com as palavras de V. Exa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, "nesta hora de análise e previsão técnica, desaparecem os técnicos do Governo que deveriam estar estrategicamente orientando os agricultores, sem subordinar-se à frieza oportunista do Sr. Ministro da Fazenda, este apenas interessado nas matemáticas da sua balança de pagamentos. Nesta hora alguém tem que pensar melhor na agricultura, e na agricultura como atividade nacional dos agricultores. Porque neste País se fala muito em agricultura, mas não se fala em agricultores. Fala-se em agricultores pensando em empresas; e pensa-se em empresas, pensando nas plantações de bancos, grandes empresas e suas extensões rurais.

Salvo que nos provem a perspectiva de baixa ainda maior da soja, continuamos apoiando os agricultores de nossa região. Não vendam por preço vil para engordar os estoques das multinacionais e ficar sem condições de continuar produzindo. E as cooperativas que continuem a estocar por mais três meses, sem arreganhos nem ameaças. Encontrem a forma de dilatar dívidas e financiamentos, sem entrar no jogo especulativo dos grandes interessados na venda da soja a esse preço tão baixo.

Senhores Deputados:

O produtor brasileiro não conta hoje, um sistema de proteção agrícola, nem mesmo aos produtos estratégicos como a soja. Como poderá utilizar corretamente a alta no mercado se o Governo não assegura as análises necessária juntamente com o compromisso da aquisição por preços compatíveis?

Há produtos hoje, e a soja é um deles, para os quais não se trata de firmar um preço mínimo. Um preço de garantia precisa ser criado, compatível com as flutuações do ano e o volume dos estoques internacionais. Isso é tarefa do Governo.

Se o Governo pretende apenas financiar 60 por cento do custeio agora em setembro, se outras muitas dificuldades se atravessam à produção, como pode admitir que a soja seja vendida a Cr\$ 120,00 a saca? Está querendo aplicar a Loteria Esportiva na agricultura: quem sobreviver viverá?

Não. O produtor não deve vender a sua soja e a esse preço e as cooperativas que aguardem mais dois ou três meses. Qualquer pressão contra os produtores para que vendam imediatamente — seja a que título for — encontrará pronta resposta daqueles que estão empenhados na defesa dos produtores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Complementando o nosso pronunciamento encaminho à esta Casa, requerimento nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário se oficie aos Excelentíssimos Senhores Ministros ALLYSSON PAULINELLI da Agricultura e MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN da Fazenda, solicitando garantias e créditos às cooperativas de produção e venda da soja, para que possam no prazo não inferior a 90 dias comercializar o produto.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

Os associados das Cooperativas de Produção e Venda da Soja, estão sendo pressionados para que dentro de 30 dias, vendam definitivamente o produto pelo atual preço de Cr\$ 120,00 a saca.

Com este, os produtores da soja serão bastante prejudicados, tendo em vista o preço atual nem chegar a cobrir as despesas de custo. É, portanto, urgentíssima a medida que o Governo deve tomar para impedir que os agricultores tomem este prejuízo. Urge que garantias e créditos sejam concedidos às cooperativas, para que estas dilatem o prazo por mais 90 dias, dando oportunidade para que melhore o preço do produto

no mercado, já que é esta a esperança do agricultor."

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência consulta o Sr. Deputado Maurício Fruet se deseja ocupar os 5 minutos que resta no Grande Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Solicitaria à Presidência, que mantivesse a minha inscrição para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Deferido.

Consulta a Liderança do MDB se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados. — (Pausa).

Tendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro a V. Exa., com base no artigo 151 do Regimento Interno, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Deferida a questão de ordem.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Faz soar os tímpanos). (Pausa). (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 10/75, Mensagem número 69/74, ex-Proposição número 194/74, aprova convênio celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 10/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 25 de abril de 1974, entre a Secretaria da Agricultura, e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

LINEU TURRA

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 69/77, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 249/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Guaíra, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Castelo Branco. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 69/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaíra, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Castelo Branco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 181/77, Mensagem número 36/77, ex-Proposição número 275/77, aprova termo de convênio e respectivo termo aditivo, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos programas de Treinamento de Executivos, conforme específica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 181/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio datado de 03 de janeiro de 1975, e o seu respectivo termo aditivo datado de 10 de dezembro do mesmo ano, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa Nacional de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, objetivando regular a aplicação de recursos destinados aos referidos programas.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 208/77, Mensagem número 09/77, ex-Proposição número 170/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 208/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 03/12/76, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 210/77, Mensagem número 37/77, ex-Proposição número 190/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná, através de sua Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a interveniência dos órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos ao programa de Treinamento de Executivos em nosso Estado. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 210/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 02 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa Nacional de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, objetivando regular a aplicação de recursos destinados aos referidos programas.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 215/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 217/77, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Guaraqueçaba, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados conforme específica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 215/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, via Ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 217/77, Mensagem número 39/77, ex-Proposição número 235/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Arapoti, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar Gaspar Veloso, na sede daquele município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 217/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Arapoti, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Gaspar Veloso, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 221/77, Mensagem número 61/77, ex-Proposição número 306/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 221/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 18 de março de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 27/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 133/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Francisco Beltrão, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 27/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 30 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Francisco Beltrão, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 28/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 135/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Guaíra, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 28/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 01 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Guaíra, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 154/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 347/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Matinhos, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 155/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 352/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paranaguá, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 156/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 354/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Peabiru, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 157/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 355/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 158/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 356/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola d'Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 160/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 359/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quitandinha, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 161/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 361/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos em próprios estaduais,

na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ, C.F. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Pereira Góis, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Gláucio de Oliveira, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que se digne determinar a inclusão de verba no Orçamento do Estado para 1978, para pavimentação asfáltica da estrada Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Grupo Independência de Alcoólicos Anônimos — "AA", pelo transcurso do 9º aniversário de implantação desta irmandade no Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Inspetor do Banco Financeiro S/A., em Maringá, encarecendo gestões do mesmo, junto à direção do referido estabelecimento de crédito, visando a instalação de uma agência no Distrito de São João, Município de Altônia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Ministro da Fazenda, no sentido de que sejam tomadas medidas que garantam a manutenção dos estoques de soja nas cooperativas de produção e venda da soja, para que possam no prazo não inferior a 90 dias comercializar o produto. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, contendo a denúncia de que a Escola Internacional de Curitiba, localizada no Jardim Schaffer, em prédio cedido em convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, não está cumprindo a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para discutir, transfere-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de um Delegado Especial, para abertura de inquérito policial no Município de Ivaiporã, objetivando apurar responsabilidade em incêndio ocorrido nos escritórios da Sociedade Territorial Ubá Ltda. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo atenção especial para o rumoroso caso do assassinato do jornalista Amândio Mathias, ocorrido na cidade de Cianorte. — APROVADO.

A Liderança da ARENA designa o Sr. Deputado Basílio Zanusso, para falar no dia 01 de setembro de 1977, alusivo à Semana da Pátria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 68/77, 93/77, 99/77, 122/77, 165/77, 166/77, 167/77, 168/77, 169/77 e 170/77.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 154/77, 155/77, 156/77, 157/77, 158/77, 160/77 e 161/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 239/77, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251 e 252/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 652/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8402, de 26 de agosto de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à funcionária JOANA MACIEL FARIAS, matrícula número 156, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 05 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 653/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8207, de 23 de agosto de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário ALCEU IVO COSTACURTA, matrícula número 040, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 654/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8250, de 23 de agosto de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário DARCI KLIEMANN, matrícula número 493, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1977

A T I V O			
Disponível			
Tesouraria		4.245.066,72	4.245.066,72
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		25.687.668,66	
Despesas Variáveis C/P/Civil		12.772.028,84	
Material de Consumo		1.087.795,39	
Serviços de Terceiros		8.686.159,67	
Encargos Diversos		579.346,72	
Despesas de Exerc. Anteriores		49.909,00	
Subvenção Social		4.543.625,73	
Inativos		3.091.597,80	
Pensionistas		1.208.678,86	
Salário Família		345.795,88	
Contrib. da Previdência Social		437.123,50	
Equipamentos e Instalações		340.717,00	
Material Permanente		286.700,01	
Auxílio para Obras Públicas		450.000,00	59.567.147,06
CONTAS PENDENTES			
Despesas Diferidas			
	SOMA ATIVO		63.812.213,78
P A S S I V O			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fixas	25.720.000,00		
Despesas Variáveis C/P/Civil	12.775.000,00		
Inativos	3.113.000,00		
Pensionistas	1.215.000,00		
Salário Família	407.000,00		
Contribuição de Previdência Social	590.000,00	43.820.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	1.048.000,00		
Serviços de Terceiros	7.348.000,00		
Encargos Diversos	625.000,00		
Despesas de Exerc. Anteriores	50.000,00		
Subvenção Sociais	4.545.000,00	13.616.000,00	
CAPITAL			
Equipamentos e Instalações	343.000,00		
Material Permanente	345.000,00		
Auxílio para Obras Públicas	450.000,00	1.138.000,00	58.574.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	2.189.240,21		
Despesas Processadas	1.208.512,80		
Folha de Pagamento	37.146,65		
Consignações	1.295.637,18	4.730.536,84	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	393.512,65		
Processados – Credores	388,00		
Processadas – Folhas de Pagamento	1.308,47	395.209,12	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	112.467,82	112.467,82	5.238.213,78
	SOMA PASSIVO		63.812.213,78

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" EM 05 DE JULHO DE 1.977

CONTADOR GERAL
Gabriel Luiz Franceschi

CHEFE DIVISÃO CONTABILIDADE **CHEFE SECÇÃO CONTABILIDADE**
Sebastião de L. Cardoso Dirceu G. Cordeiro